



CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016***





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.
São José dos Campos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | evarella@ibs.edu.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Telefax: 55 22 2272-7455 | macae@bkr-lobesmachado.com.br

Vila Velha - ES | Tel.: 55 27 2127-4150 | es@bkr-lobesmachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 6 de abril de 2018.



CRC-RJ-2026-O

Marcelo Galvão Guerra
Contador - CRC-RJ-087079/O-3

Eliel Torres da Mota
Contador – CRC – PE-025592/O-0

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | evarella@ibs.edu.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Telefax: 55 22 2272-7455 | macae@bkr-lopemachado.com.br

Vila Velha - ES | Tel.: 55 27 2127-4150 | es@bkr-lopemachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 e 6	144.443.801	47.329.629	Empréstimos e financiamentos	14	56.099	274.020.495
Contas a receber de clientes	2.3 e 7	3.570.923	4.329.522	Fornecedores	2.9 e 15	2.813.471	3.347.510
Estoques		483.957	248.609	Obrigações sociais e trabalhistas	16	1.650.732	1.626.970
Impostos a recuperar	2.4 e 8	851.865	4.254.803	Obrigações tributárias	17	6.911.050	2.282.268
Adiantamentos diversos	9	17.972.259	544.288	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	2.11 e 18	8.785.917	-
Despesas antecipadas	10	4.205.617	3.986.072	Outras contas a pagar	19	6.862.725	7.482.256
Ativo financeiro - concessão de serviços públicos	2.5.2 e 11	28.538.672	125.937.536			27.079.994	288.759.499
Outras contas a receber		2.398	207				
		200.069.492	186.630.666	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	14	116.731	128.028
Impostos a recuperar	2.4 e 8	14.376.396	18.849.404	Debêntures	20	251.093.678	-
Despesas antecipadas	10	4.384.790	5.210.796	Obrigações tributárias	17	24.936.638	10.024.456
Imobilizado	2.6 e 12	6.393.958	6.171.755			276.147.047	10.152.484
Intangível	2.7 e 13	178.460.810	142.143.707	Patrimônio líquido	21		
		203.615.954	172.375.662	Capital social		128.365.526	96.684.364
				Prejuízos acumulados		(27.907.121)	(36.590.019)
						100.458.405	60.094.345
Total do Ativo		403.685.446	359.006.328	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		403.685.446	359.006.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	2017	2016
Operações continuadas			
Receita líquida	2.14 e 22	502.626.559	297.713.760
Custos	23	(432.684.919)	(264.924.648)
Resultado bruto		<u>69.941.640</u>	<u>32.789.112</u>
Despesas (receitas) operacionais			
Gerais e administrativas		(40.391.850)	(33.800.086)
Depreciação e amortização		<u>(2.937.687)</u>	<u>(1.286.177)</u>
		(43.329.537)	(35.086.263)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>26.612.103</u>	<u>(2.297.151)</u>
Receitas financeiras	2.14	5.070.877	4.311.086
Despesas financeiras		<u>(18.527.075)</u>	<u>(22.984.992)</u>
Resultado financeiro		(13.456.198)	(18.673.906)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de renda e contribuição social / Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>13.155.905</u>	<u>(20.971.057)</u>
Imposto de renda e contribuição social / Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.13	(4.473.007)	7.130.158
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>8.682.898</u>	<u>(13.840.899)</u>
Número de ações ao final do exercício	21(a)	<u>128.365.526</u>	<u>96.684.364</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício por ação - R\$		<u>0,0676</u>	<u>(0,1432)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		137.151.444	(79.588.022)	(22.749.120)	34.814.302
Integralização de capital	21(a)	-	39.120.942	-	39.120.942
Prejuízo do exercício		-	-	(13.840.899)	(13.840.899)
<hr/>					
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		137.151.444	(40.467.080)	(36.590.019)	60.094.345
Integralização de capital	21(a)	-	31.681.162	-	31.681.162
Lucro líquido do exercício		-	-	8.682.898	8.682.898
<hr/>					
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		<u>137.151.444</u>	<u>(8.785.918)</u>	<u>(27.907.121)</u>	<u>100.458.405</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.682.898	(13.840.899)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliar o resultado às demonstrações geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização do imobilizado	205.433	103.043
Amortização do intangível	2.723.705	1.183.134
Juros sobre empréstimos	27.728.139	44.222.340
Lucro líquido do exercício - ajustado	<u>39.340.175</u>	<u>31.667.618</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) das contas a receber de clientes	758.599	(4.329.522)
Aumento (diminuição) dos estoques	(235.348)	(168.332)
Aumento (diminuição) dos impostos a recuperar - Ativo circulante e não circulante	7.875.946	(6.824.556)
Aumento (diminuição) dos adiantamentos diversos	(17.427.971)	(535.388)
Aumento (diminuição) das despesas antecipadas - Ativo circulante e não circulante	606.461	1.481.797
Aumento (diminuição) do ativo financeiro - concessão de serviços públicos	97.398.864	(53.949.519)
Aumento (diminuição) das outras contas a receber	(2.191)	(207)
Aumento (diminuição) dos fornecedores	(534.039)	(12.101.989)
Aumento (diminuição) das obrigações sociais e trabalhistas	4.628.782	1.659.850
Aumento (diminuição) das obrigações tributárias - Passivo circulante e não circulante	14.935.944	6.098.256
Aumento (diminuição) das outras contas a pagar	(619.531)	2.053.841
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>146.725.691</u>	<u>(34.948.151)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição no imobilizado	(427.636)	(5.454.585)
Aquisição no intangível	(39.040.808)	(105.486.276)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	<u>(39.468.444)</u>	<u>(110.940.861)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação / liquidação de empréstimos e financiamentos - Passivos circulante e não circulante	(301.703.832)	(44.911.275)
Debêntures	251.093.678	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	8.785.917	-
Aporte de capital	31.681.162	39.120.942
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	<u>(10.143.075)</u>	<u>(5.790.333)</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>97.114.172</u>	<u>(151.679.345)</u>
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa mais equivalentes de caixa	47.329.629	199.008.974
Saldos finais de caixa mais equivalentes de caixa	<u>144.443.801</u>	<u>47.329.629</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>97.114.172</u>	<u>(151.679.345)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





. 1.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.** tem como objeto social a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099, compreendidos entre os quilômetros 11+500 km e 83+400 km, das SPAs 032/099, 033/099, 035/099 e 037/099, assim como a operação e manutenção dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, quando entregues pelo Poder Concedente, bem como a execução de obras civis para a construção da Ampliação Principal do trecho compreendido entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099 (objeto de Concessão). A Companhia iniciou sua arrecadação de pedágio em 1º de julho de 2016.

Em 2016, as acionistas **Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (QGDN)** e a **Construtora Queiroz Galvão S.A. (CQG)**, firmaram um contrato de permuta, no qual a **Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (QGDN)**, adquiriu as ações da **Construtora Queiroz Galvão S.A. (CQG)**, tornando-se a acionista única da **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.**

Em fevereiro de 2017, a **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.** e o Estado de São Paulo firmaram o Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 01/2017, que prorroga o período de obra, tendo sua previsão de conclusão para dezembro de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração entende que a Companhia atende aos preceitos do ICPC 01 (Equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade), que trouxe uma profunda mudança na forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas sujeitas ao alcance do referido normativo contábil.





. 2.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O ICPC 01 determina que a infraestrutura dentro de seu alcance não será registrada como ativo imobilizado do concessionário, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura dos serviços públicos – Este é um dos conceitos mais importantes trazidos pelas novas normas contábeis, em outras palavras, o concessionário deverá registrar tais valores como ativos intangíveis, ativos financeiros ou ambos.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão pela administração em 6 de abril de 2018.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, numerários em trânsito, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.3. Contas a receber de clientes

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio, receitas acessórias, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.4. Impostos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.





. 3.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.5. Ativo financeiro

2.5.1 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou,
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.





. 4.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.2 Concessão de serviços públicos

O ativo financeiro está demonstrado como o reconhecimento do aporte a receber do poder concedente para as obras de implantação da nova pista para duplicação do Trecho Serra da SP 099 (“Ampliação principal”) que, de acordo com o disposto no contrato de Concessão Patrocinada e ajustado conforme TAM, nº 01/2017, em fevereiro de 2017, será efetuado por 68 meses.

Conforme ICPC 01 (R1), durante a fase de construção do acordo, o ativo operador (que representa seu direito acumulado a ser pago pelo fornecimento/prestação de serviços de construção) deve ser classificado como ativo financeiro quando ele representar caixa ou outro Ativo Financeiro devido pelo Poder Concedente, ou conforme sua instrução.

2.6. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou formação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.





. 5.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, quando aplicável, na demonstração do resultado.

2.7. Intangível

I. Infraestrutura

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada.

II. Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.



. 6.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.9.Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10.Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

2.11.Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

O adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) será classificado como instrumento patrimonial se atender as seguintes condições: (i) sua conversão seja irrevogável e irretroatável; (ii) o adiantamento esteja em moeda funcional da entidade, não prevendo indexação; (iii) a quantidade de ações ou quotas no qual o adiantamento será convertido seja pré-estabelecida. Caso estas condições não sejam atendidas no momento inicial, o AFAC será classificado como instrumento de dívida, sendo tratado como passivo exigível.

2.12.Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.

2.13.Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.





. 7.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.14.Reconhecimento da receita

A Companhia reconhecerá a receita quando o valor da mesma puder ser mensurado com segurança, e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.





. 8.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

i.Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

ii.Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contrato de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

iii.Receita de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:





. 9.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(a) *Imposto de renda, contribuição social e outros impostos*

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) *Vida útil dos itens do ativo imobilizado*

A Companhia utiliza, para os bens objeto de avaliação patrimonial, as taxas de depreciação calculadas em função do tempo de vida útil remanescente destes bens. Para os demais itens do ativo imobilizado utiliza-se as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Empresa, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) *Risco de liquidez*

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente.





. 10.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2017		
Fornecedores	2.813.471	-
Empréstimos e financiamentos	56.099	116.731
Debêntures	-	251.093.678
	<u>2.869.570</u>	<u>251.210.409</u>
Em 31 de dezembro de 2016		
Fornecedores	3.347.510	-
Empréstimos e financiamentos	274.020.495	128.028
	<u>277.368.005</u>	<u>128.028</u>

(b) Risco de crédito

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.





. 11.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

5. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>144.443.801</u>	<u>47.329.629</u>
	<u>144.443.801</u>	<u>47.329.629</u>
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	172.830	274.148.523
Fornecedores	2.813.471	3.347.510
Debêntures	<u>251.093.678</u>	<u>-</u>
	<u>254.079.979</u>	<u>277.496.033</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	131.837	132.181
Numerários em trânsito (i)	1.144.463	661.539
Bancos conta movimento	7.606.653	2.817.974
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	<u>135.560.848</u>	<u>43.717.935</u>
	<u>144.443.801</u>	<u>47.329.629</u>

(i) O saldo se refere a numerários recebidos dos clientes e que, em função do *float* das instituições financeiras, só serão repassados à Concessionária em data futura.





. 12.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

7. Contas a receber de clientes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vale pedágio	99.664	83.231
Pedágio eletrônico	3.471.259	4.222.095
Cupom e cartão próprio	-	24.196
	<u>3.570.923</u>	<u>4.329.522</u>

8. Impostos a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	792.481	2.068.339
IRPJ base negativa	59.384	2.185.859
Imposto de Renda Diferido (i)	10.570.879	13.859.855
Contribuição Social Diferida (i)	3.805.517	4.989.549
Outros impostos a recuperar	-	605
	<u>15.228.261</u>	<u>23.104.207</u>
Circulante	851.865	4.254.803
Não circulante	14.376.396	18.849.404

(i) Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura dos referidos créditos.

9. Adiantamentos diversos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamentos a funcionários	5.557	188.191
Adiantamentos a fornecedores (*)	17.966.702	356.097
	<u>17.972.259</u>	<u>544.288</u>

(*) O aumento significativo ocorrido no exercício, deve-se, basicamente, a adiantamento realizado à fornecedores que prestam serviços de obra na duplicação do trecho da serra (ampliação principal).





. 13.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

10. Despesas antecipadas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prêmios de seguros	8.579.785	9.188.077
Seguro fiança	205	2.731
Juros a transcorrer	10.417	5.418
Assinatura de periódicos	-	642
	<u>8.590.407</u>	<u>9.196.868</u>
Circulante	4.205.617	3.986.072
Não circulante	4.384.790	5.210.796

11. Ativo financeiro – Concessão de serviços públicos

	<u>Saldos em 31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Recebimentos</u>	<u>Saldos em 31/12/2017</u>
Aporte público	125.937.536	408.552.933	(505.951.797)	28.538.672
	<u>125.937.536</u>	<u>408.552.933</u>	<u>(505.951.797)</u>	<u>28.538.672</u>

O ativo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento do aporte segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017, anexo “Fluxo de Desembolso de Parcelas do Aporte de Recursos” e “Eventos para Liberação do Aporte – Tabela 18.2”.





. 14.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

12. Imobilizado

(a) Composição

	2017		2016	
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Fibra óptica	5.622.430	(98.544)	5.523.886	5.273.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.138.667	(268.595)	870.072	898.755
	<u>6.761.097</u>	<u>(367.139)</u>	<u>6.393.958</u>	<u>6.171.755</u>



. 15.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(b) Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
<u>Custo</u>				
Fibra óptica	5.273.000	349.430	-	5.622.430
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.060.461	78.206	-	1.138.667
	6.333.461	427.636	-	6.761.097
<u>Depreciação / Amortização</u>				
Fibra óptica	-	(98.544)	-	(98.544)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(161.706)	(106.889)	-	(268.595)
	(161.706)	(205.433)	-	(367.139)
	<u>6.171.755</u>			<u>6.393.958</u>
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
<u>Custo</u>				
Fibra óptica	-	5.273.000	-	5.273.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	878.876	181.585	-	1.060.461
	878.876	5.454.585	-	6.333.461
<u>Amortização</u>				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(58.663)	(103.043)	-	(161.706)
	(58.663)	(103.043)	-	(161.706)
	<u>820.213</u>			<u>6.171.755</u>



. 16.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

13.Intangível

(a) Composição

	2017		2016	
	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
SAU e Balanças	5.851.670	-	5.851.670	3.550.229
Instalações	65.216.753	-	65.216.753	64.808.233
Cerca e defensas	19.000	-	19.000	19.000
Sistema de iluminação	8.615.567	-	8.615.567	7.205.768
Veículos operacionais	207.062	-	207.062	149.661
Sistema de controle de arrecadação	135.000	-	135.000	135.000
Sistema de telecomunicação	236.625	-	236.625	70.390
Sistema de monitoramento de tráfego	3.937.015	-	3.937.015	3.552.711
Equipamentos de administração	2.871.910	-	2.871.910	2.620.776
Equipamentos CCO	1.350.013	-	1.350.013	1.222.183
Equipamentos de sinalização	1.876.984	-	1.876.984	1.872.734
Desapropriações	1.630.801	-	1.630.801	1.533.756
Conservação especial	14.283.062	-	14.283.062	14.287.823
Elementos de segurança	4.087.444	-	4.087.444	2.916.677
Meio ambiente	3.121.671	-	3.121.671	568.124
Despesas financeiras	54.126.129	-	54.126.129	36.205.848
Receitas financeiras	(15.520.290)	-	(15.520.290)	(9.697.744)
Outros	30.321.233	-	30.321.233	12.305.672
	<u>182.367.649</u>	<u>-</u>	<u>182.367.649</u>	<u>143.326.841</u>
Amortização	-	(3.906.839)	(3.906.839)	(1.183.134)
	<u>182.367.649</u>	<u>(3.906.839)</u>	<u>178.460.810</u>	<u>142.143.707</u>



. 17.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(b) Movimentação do ativo intangível

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
SAU e Balanças	3.550.229	2.325.657	(24.216)	5.851.670
Instalações	64.808.233	408.520	-	65.216.753
Cerca e defensas	19.000	-	-	19.000
Sistema de iluminação	7.205.768	1.409.799	-	8.615.567
Veículos operacionais	149.661	102.014	(44.613)	207.062
Sistema de controle de arrecadação	135.000	-	-	135.000
Sistema de telecomunicação	70.390	166.235	-	236.625
Sistema de monitoramento de tráfego	3.552.711	384.304	-	3.937.015
Equipamentos de administração	2.620.776	251.134	-	2.871.910
Equipamentos CCO	1.222.183	127.830	-	1.350.013
Equipamentos de sinalização	1.872.734	4.250	-	1.876.984
Desapropriações	1.533.756	99.568	(2.523)	1.630.801
Conservação especial	14.287.823	-	(4.761)	14.283.062
Elementos de segurança	2.916.677	1.170.767	-	4.087.444
Meio ambiente	568.124	2.553.547	-	3.121.671
Despesas financeiras	36.205.848	17.920.281	-	54.126.129
Receitas financeiras	(9.697.744)	(5.822.546)	-	(15.520.290)
Outros	12.305.672	18.364.991	(349.430)	30.321.233
Amortização	(1.183.134)	(2.724.183)	478	(3.906.839)
	<u>142.143.707</u>	<u>36.742.168</u>	<u>(425.065)</u>	<u>178.460.810</u>



. 18.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2016
SAU e Balanças	788.675	4.618.147	(1.856.593)	3.550.229
Instalações	9.783.776	53.167.864	1.856.593	64.808.233
Cerca e defensas	19.000	-	-	19.000
Sistema de iluminação	1.207.725	5.998.043	-	7.205.768
Veículos operacionais	149.661	-	-	149.661
Sistema de controle de arrecadação	135.000	-	-	135.000
Sistema de telecomunicação	1.431.394	3.936.496	(5.297.500)	70.390
Sistema de monitoramento de tráfego	38.582	2.817.743	696.386	3.552.711
Equipamentos de administração	2.178.069	387.284	55.423	2.620.776
Equipamentos CCO	470.142	752.041	-	1.222.183
Equipamentos de sinalização	606.013	1.266.721	-	1.872.734
Desapropriações	566.691	967.065	-	1.533.756
Conservação especial	10.218.608	4.078.815	(9.600)	14.287.823
Elementos de segurança	2.199.943	716.734	-	2.916.677
Meio ambiente	195.573	372.551	-	568.124
Despesas financeiras	13.824.819	22.381.029	-	36.205.848
Receitas financeiras	(6.389.872)	(3.307.872)	-	(9.697.744)
Outros	416.766	7.343.215	4.545.691	12.305.672
Amortização	-	(1.183.134)	-	(1.183.134)
	<u>37.840.565</u>	<u>104.312.742</u>	<u>(9.600)</u>	<u>142.143.707</u>





. 19.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

14. Empréstimos e financiamentos

	Vencimento	2017	2016
Empréstimo (i)		-	273.935.891
FINAME (ii)	15/06/2021	172.830	212.632
		<u>172.830</u>	<u>274.148.523</u>
Circulante		56.099	274.020.495
Não circulante		116.731	128.028

(i) Em novembro de 2017, a Companhia converteu o empréstimo ponte em debêntures simples não conversíveis em ações junto à instituição financeira credora, conforme Nota Explicativa nº 20.

(ii) Contraído para aquisição de ativo fixo. Sobre o financiamento, incidem juros de mercado, sendo o mesmo garantido por alienação fiduciária do bem financiado.

15. Fornecedores

Os saldos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, referem-se a valores em aberto junto a diversos fornecedores no país.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2017	2016
Salários a pagar	-	34
Férias a pagar	-	23.585
Provisão para férias e encargos	1.194.779	1.085.367
FGTS a recolher	-	5.762
INSS a recolher	267.620	284.692
IRRF de empregados a recolher	179.518	225.924
Contribuição sindical a pagar	-	110
Contribuição assistencial a pagar	8.815	1.496
	<u>1.650.732</u>	<u>1.626.970</u>





. 20.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

17. Obrigações tributárias

	2017	2016
PIS a recolher	61.812	51.536
COFINS a recolher	295.636	239.069
IRRF terceiros a recolher	48.308	5.794
ISS terceiros a recolher	2.165.946	1.699.471
ISS a recolher	446.854	220.373
INSS terceiros a recolher	70.032	24.807
PIS / COFINS / CSLL terceiros a recolher	148.081	41.218
IOF a recolher	3.673.410	1.785.177
PIS diferido (i)	4.440.771	8.239.279
COFINS diferida (i)	20.495.867	-
Outras obrigações tributárias	971	-
	<u>31.847.688</u>	<u>12.306.724</u>
Circulante	6.911.050	2.282.268
Não circulante	24.936.638	10.024.456

(i) O PIS e COFINS diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS).

18. Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

Refere-se a adiantamento efetuado pelo acionista, com o objetivo de aumento de capital e seu reconhecimento ocorrerá conforme descrito no “Anexo 16 – Cronograma de Integralização de Capital” do Contrato de Concessão Patrocinada.





. 21.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

19. Outras contas a pagar

	2017	2016
Obrigações contratuais ambientais	6.588.423	2.611.474
Seguros e garantias a pagar	10.223	3.900.064
Outros valores a pagar	264.079	970.718
	<u>6.862.725</u>	<u>7.482.256</u>

20. Debêntures

Em 13 de novembro de 2017, foi firmado com o Banco Bradesco S.A., um contrato de subscrição particular de emissão de 250.000.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1, no montante de R\$250.000.000, sobre as quais não haverá atualização monetária do valor nominal unitário das debêntures por qualquer índice. As referidas debêntures foram objeto de renegociação de um empréstimo, conforme Nota Explicativa nº 14.

As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 127% das taxas médias dos DI (Depósitos Interfinanceiros).

O vencimento final ocorrerá ao término do prazo de 41 meses a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, a última parcela em 13 de abril de 2021. As debêntures estão garantidas por: a) alienação fiduciária de ações de emissão da Emissora; b) cessão fiduciária sobre todos os direitos emergentes da Concessão; c) cessão fiduciária de direitos creditórios da Concessão; e d) cessão condicional sobre os contratos da Concessão.

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social subscrito é de R\$137.151.444, dividido em 109.721.155 de ações ordinárias e 27.430.289 ações preferenciais, sendo todas nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2017, houve integralização de capital social em moeda corrente nacional, no montante de R\$31.681.162 (R\$39.120.942 no exercício de 2016).

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado é de R\$128.365.526 (R\$96.684.364 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 102.692.421 (77.337.823 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias e 25.673.105 (19.346.541 em 31 de dezembro de 2016) ações preferenciais, sendo todas nominativas e sem valor nominal.





CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O aumento do capital social deverá seguir o cronograma de integralização que estabelecido no “Anexo 16 – Cronograma de Integralização de Capital” do contrato de Concessão.

(b) Política de distribuição de lucros

Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem.

22.Receita líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas		
Receitas de obras de infraestrutura (a)	447.597.101	270.964.608
Receitas de pedágios (b)	75.859.397	36.003.258
Receitas acessórias (c)	2.688.375	231.104
	<u>526.144.873</u>	<u>307.198.970</u>
Deduções		
ISS	(3.232.154)	(1.023.138)
PIS	(3.192.926)	(1.313.407)
COFINS	(14.736.800)	(6.061.669)
Outras deduções	(2.356.434)	(1.086.996)
	<u>(23.518.314)</u>	<u>(9.485.210)</u>
	<u>502.626.559</u>	<u>297.713.760</u>

(a) A Companhia reconheceu, no exercício, o montante de R\$447.597.101 (R\$270.964.608 em 31 de dezembro de 2016) como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão.

(b) Refere-se a receita com atividade principal da Companhia, que iniciou sua arrecadação de pedágio julho de 2016.

(c) A Companhia também reconheceu no exercício o montante de R\$2.688.375 (R\$231.104 em 31 de dezembro de 2016) como receita acessória, que correspondem a receitas oriundas de atividades extras ocorridas na rodovia.



. 23.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A seguir está demonstrada a composição do PIS e da COFINS, do quadro acima:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PIS		
Sobre receitas de pedágios e acessórias	(537.332)	(237.798)
Sobre obras de infraestrutura	<u>(2.655.594)</u>	<u>(1.075.609)</u>
	(3.192.926)	(1.313.407)
COFINS		
Sobre receitas de pedágios e acessórias	(2.480.212)	(1.097.318)
Sobre obras de infraestrutura	<u>(12.256.588)</u>	<u>(4.964.351)</u>
	(14.736.800)	(6.061.669)
	<u><u>(17.929.726)</u></u>	<u><u>(7.375.076)</u></u>

23. Custos

O montante de R\$432.684.919 (R\$264.924.648 em 31 de dezembro de 2016), refere-se aos custos de obras de infraestrutura reconhecidos tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

A seguir está demonstrada a conciliação entre os custos de obras de infraestrutura citado acima e o valor reconhecido nas receitas de obras de infraestrutura do exercício, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 20:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de obras de infraestrutura - Nota 22(a)	447.597.101	270.964.608
Deduções da receita bruta de construção		
PIS sobre receitas de infraestrutura - Nota 22	(2.655.594)	(1.075.609)
COFINS sobre receitas de infraestrutura - Nota 22	<u>(12.256.588)</u>	<u>(4.964.351)</u>
Custos de obras de infraestrutura	<u><u>432.684.919</u></u>	<u><u>264.924.648</u></u>





. 24.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

24. Cobertura de seguros

A Companhia tem contratadas as seguintes coberturas de seguros:

Objeto	Limite máximo de indenização
Riscos de engenharia	585.000.000
Risco operacional	100.000.000
Responsabilidade civil	80.000.000
Garantia de fiança	254.534.058
Veículos	6.036.000
	1.025.570.058

A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

25. Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia possui algumas demandas judiciais contra ela, cujas chances de perda foram classificadas como “possíveis” pelos seus consultores jurídicos, no montante de R\$2.445.246.

* * *

